

**INSTITUTO MASTER DE ENSINO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS
IMEPAC ARAGUARI**

Comissão Própria de Avaliação - CPA

RELATO INSTITUCIONAL

Este relato (RI) faz parte do processo de Autoavaliação Institucional – 3º ciclo 2015/2016, realizado pela Comissão Própria de Avaliação - CPA do Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos – IMEPAC Araguari e foi desenvolvido em consonância com as determinações do Ministério da Educação constantes da NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAESN°062/2014.

Araguari – MG

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| I – BREVE HISTÓRICO DA IES..... | 3 |
| II – CONCEITOS OBTIDOS PELA IES NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS INSTITUCIONAIS E DE CURSO..... | 4 |
| III – PROJETOS E PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO..... | 5 |
| IV – DIVULGAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO..... | 7 |
| V – PLANO DE MELHORIAS A PARTIR DOS PROCESSOS AVALIATIVOS | 8 |
| VI – PROCESSOS DE GESTÃO..... | 10 |
| VII – DEMONSTRAÇÃO DE EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL..... | 11 |

I – BREVE HISTÓRICO DA IES

Nome: Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos

Caracterização da IES: Instituição privada com fins lucrativos

Estado: Minas Gerais

Município: Araguari

O Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos - IMEPAC Araguari é uma instituição de Ensino Superior mantida pelo Instituto de Administração & Gestão Educacional Ltda, sociedade empresarial limitada, com sede e foro na cidade de Araguari – MG. A instituição iniciou suas atividades, nesta cidade, no dia 24 de setembro de 2001, abrindo novas perspectivas para a educação e o desenvolvimento econômico e social do município e região. Hoje possui doze cursos em funcionamento, todos na modalidade presencial: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia de Produção, Farmácia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Pedagogia e Sistemas de Informação.

A instalação oficial da instituição em Araguari foi concretizada após acordo com a FUNEC - Fundação Educacional e Cultural de Araguari que mantinha uma Faculdade com os cursos de licenciaturas desde 1968. A Faculdade, naquele momento, foi credenciada como Campus da Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC, instituição multicampi vinculada ao Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e mantida pela Fundação Presidente Antônio Carlos.

A Instituição, tendo como base análises mercadológicas, iniciou naquele momento seu processo de expansão em Araguari com a implantação de vários outros cursos. Em setembro de 2008, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou inconstitucionais alguns artigos da Constituição do Estado de Minas Gerais, todas as IES's mantidas pela Fundação Presidente Antônio Carlos (além de outras fundações educacionais de Minas Gerais) passaram a integrar o Sistema Federal de Ensino, tendo iniciado em 2009 os procedimentos para migração das IES's da FUPAC para o referido Sistema.

Em 2011, a IES se constitui como Faculdade e recebe o nome de Faculdade Presidente Antônio Carlos de Araguari, ainda mantida pela Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC.

Em 2014, por meio da Portaria SERES nº 717 de 27 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2014 e Parecer nº 289/2014 – DIREG/SERES/MEC, o Instituto de Administração & Gestão Educacional Ltda. torna-se o mantenedor da Faculdade, que recebe novo nome, Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos – IMEPAC Araguari, da mesma forma mantendo seus propósitos de crescimento e continuidade, alicerçada nos preceitos de responsabilidade social e ambiental, aproximando-se cada vez mais da comunidade e promovendo a necessária aliança entre o ensino, a extensão e a investigação científica, contribuindo com o desenvolvimento social, cultural e econômico da cidade de Araguari e região.

O IMEPAC conta em 2015 com 2.228 alunos regularmente matriculados distribuídos em seus 12 cursos de graduação, 185 docentes contratados sob o regime da CLT sendo 52,98% destes com titulação *stricto sensu* e 69,19% com regime de trabalho em tempo integral ou parcial e 232 colaboradores técnico-administrativos.

A graduação, a extensão e a iniciação científica no IMEPAC Araguari estão organizadas considerando as áreas da saúde, humanas e exatas,

O Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos – IMEPAC Araguari rege-se, em suas ações e atividades, pelos preceitos constitucionais, pela legislação e normas específicas da educação em âmbito nacional. Assim, são de fundamental importância como instrumentos legais e normativos para as suas atividades administrativas e acadêmicas as orientações legais dos seguintes órgãos: Conselho Nacional de Educação – CNE, Ministério da Educação – MEC, Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior – SERES, Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa – INEP, além de toda a legislação pertinente às instituições de ensino superior. Sua gestão é democrática, realizada por meio de seus órgãos colegiados (Comitê de Gestão e Colegiado de Cursos) e órgãos administrativos (Diretorias).

O Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos funciona no Município de Araguari, na região do Triângulo Mineiro, no Estado de Minas Gerais, na Avenida Minas Gerais, 1.889 - Centro. A cidade está localizada a 558 km da capital mineira, na região do Triângulo Mineiro, de onde é a terceira maior cidade, contando com uma população estimada para 2014, segundo o IBGE, de 115.632 habitantes (<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310350&search=minas-gerais|araguari> – Acesso em 13/01/2015).

O IMEPAC Araguari vem mantendo vários projetos e atividades de extensão como as escolinhas infantis, os atendimentos médicos em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e o SUS, a Central de Idiomas que oferece cursos de línguas com qualidade para a população de baixa renda, os projetos com a Casa Lar, Casa do Caminho e ASCAMARA, dentre outros, que promovem o estreitamento dos laços com a comunidade na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

II – CONCEITOS OBTIDOS PELA IES NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS INSTITUCIONAIS E DE CURSO

O IMEPAC Araguari vem trabalhando no sentido de alcançar continuamente melhores resultados nas avaliações externas institucionais e de curso. É importante ressaltar que até 2008, a instituição era supervisionada pelo Conselho Estadual de Educação, sendo que aquele órgão não adotava as avaliações do MEC como qualificação dos cursos.

No que se refere ao Índice Geral de Cursos (IGC), cabe informar que até 2013 a Faculdade ainda era campus da Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC e tinha seu IGC vinculado a ela, sendo que em 2013 não foi divulgado seu resultado, em função da desvinculação da UNIPAC e consequente processo de transferência de manutenção finalizado em novembro de 2014, quando seriam divulgados os resultados de 2013.

No quadro abaixo foi traçado um histórico dos resultados da Faculdade, constando os conceitos obtidos nos Indicadores de Qualidade (CPC, IGC e ENADE), a partir do segundo ciclo avaliativo.

| CURSO | CICLO II | | | | | | | | | CICLO III | | | | | | | | | CICLO IV | | |
|-----------------------|----------|-----|-----|------|-----|-----|------|-----|-----|-----------|-----|-----|------|-----|-----|------|-----|-----|----------|-----|-----|
| | 2007 | | | 2008 | | | 2009 | | | 2010 | | | 2011 | | | 2012 | | | 2013 | | |
| | END | CPC | IGC | END | CPC | IGC | END | CPC | IGC | END | CPC | IGC | END | CPC | IGC | END | CPC | IGC | END | CPC | IGC |
| Adminis | | | | | | | 2 | 2 | 3 | | | | | | | 3 | 3 | 3 | | | |
| C. Conta | | | | | | | 3 | 3 | | | | | | | | 4 | 3 | | | | |
| Direito | | | | | | | 3 | 3 | | | | | | | | 3 | 3 | | | | |
| E. Física | 3 | 2 | 3 | | | | | | | 2 | SC | 3 | | | | | | | SC | SC | - |
| Enferma | 2 | 2 | | | | | | | | 2 | 2 | | | | | | | | SC | SC | |
| Farmácia | - | - | | | | | | | | SC | SC | | | | | | | | 3 | 3 | |
| Medicina | SC | SC | | | | | | | | 1 | 1 | | | | | | | | 2 | 3 | |
| Medicina Veterinária* | - | - | | | | | | | | - | - | | | | | | | | - | - | |
| Nutrição | 2 | 2 | | | | | | | | 3 | 2 | | | | | | | | 2 | 3 | |
| Engenharia Produção* | | | | - | - | 3 | | | | | | | - | - | 2 | | | | | | |
| Pedagog | | | | 2 | 2 | | | | | | | | 1 | 2 | | | | | | | |
| SistInfor | | | | 2 | 2 | | | | | | | | 1 | 2 | | | | | | | |
| Tec Agro | - | - | | | | | | | | 3 | SC | | | | | | | | | | |

*Cursos novos, ainda não tiveram concluintes realizando o ENADE

Decorrente dos resultados de CPC insatisfatórios em 2010, os Cursos de Medicina (Despacho 234/2011), Nutrição (Despacho 250/2011) e Enfermagem (Despacho 242/2011) passaram por Processo de Supervisão de acordo com os despachos mencionados, com medida cautelar de redução de vagas. O Curso de Medicina teve sua medida cautelar revogada, com a consequente restituição das vagas, por meio de decisão da justiça, uma vez que já estava em andamento um processo de supervisão anterior, com base no Despacho 131/2010 – CGSUP/DESUP/SESu/MEC, o qual já havia sido atendido na sua integralidade, comprovado por meio de relatório de *visita in loco*, o que gerou o arquivamento do processo de supervisão conforme Despacho SERES 166/2012, não cabendo, portanto, uma nova redução das vagas. Apesar do arquivamento desse processo de supervisão anterior do curso de Medicina, foi aberto de ofício no e-MEC o processo 201403571, de Reavaliação de Curso, tendo já ocorrida a visita *in loco* por meio da qual 75% dos indicadores avaliados receberam conceitos 4 ou 5, sendo que esse processo foi convertido em visita de Reconhecimento do Curso. Processo de Reconhecimento do curso finalizado e Portaria de Reconhecimento Publicada em 13/11/2015 (Portaria SERES nº 867 de 09/11/2015, Publicada no Diário Oficial da União em 13/11/2015). O Curso de Nutrição estabeleceu protocolo de compromisso, atendido na sua integralidade, foi revogada a medida cautelar de redução de vagas (Despacho SERES/MEC nº 300/2014 – arquiva o Processo de Supervisão 23000.017904/2011-31 e revoga as medidas cautelares), aguarda publicação de Portaria de Renovação de Reconhecimento, considerando o relatório de visita *in loco* para Reavaliação do Curso, referente ao Termo de

Saneamento de Deficiências SERES/MEC nº 06/2012. O Curso de Enfermagem estabeleceu protocolo de compromisso, atendido na sua integralidade, tendo recebido visita *in loco* de Renovação de Reconhecimento, com Conceito de Curso CC= 3 e aguarda a suspensão da medida cautelar referente ao Termo de Saneamento de Deficiências SERES/MEC nº 09/2012, bem como a publicação da sua Renovação de Reconhecimento.

Decorrente dos resultados de CPC insatisfatório em 2008 e 2011, os Cursos de Pedagogia (Despachos 191/2012 e 192/2012) e Sistemas de Informação (Despachos 191/2012 e 192/2012) passaram por Processo de Supervisão com estabelecimento de protocolo de compromisso, que foram atendidos na sua integralidade, tendo recebido visita *in loco* e obtido os seguintes conceitos: Pedagogia (CC=4) e Sistemas de Informação (CC=3), com isso foram suspensas as medidas cautelares impostas e publicadas as Portarias de Renovação de Reconhecimento a saber: Pedagogia (Portaria SERES 278/2015, publicada no DOU em 02/04/2015) Sistemas de Informação (Portaria SERES 586/2014, publicada no DOU em 17/10/2014).

O curso de Direito recebeu visita *in loco* para Reconhecimento de Curso no período de 27/02 a 01/03/2012, tendo obtido o Conceito de Curso – CC=4, sendo seu reconhecimento conferido por meio da Portaria SERES 48/2015, publicada no DOU em 23/01/2015. Já o Curso Farmácia recebeu visita *in loco* para Reconhecimento de Curso no período de 11 a 14/11/2012, tendo obtido o Conceito de Curso – CC=4, sendo seu reconhecimento conferido por meio de Portaria SERES nº 699/2015, de 01/10/2015, publicada no DOU de 05/10/2015.

Em 2014, ocorreu visita *in loco* para autorização de oferta do curso Engenharia de Produção, que obteve CC=4, com a consequente publicação da Portaria SERES 537/2014, publicada no DOU em 26/08/2014. O Curso de Medicina Veterinária foi autorizado por meio da Portaria SERES 602/2014, publicada no DOU em 30/10/2014, com dispensa de visita *in loco*.

Como efeito, os resultados dos processos avaliativos da IES confirmam a coerência entre as diretrizes estabelecidas no PDI e suas práticas, desenhando um contorno de melhorias permanentes e sucessivas que evoluem positivamente em consonância com as ações empreendidas. Dentre outros avanços, todos os cursos de graduação nos últimos anos apresentaram melhorias no CPC, confirmando o trabalho que vem sendo desenvolvido com foco na qualidade dos cursos.

III – PROJETOS E PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO

Historicamente a Avaliação Institucional tem sido objeto de discussões no IMEPAC Araguari desde a sua criação. Em 2004 a Lei nº 10.861 instituiu o SINAES e, naquele momento esta IES, ainda supervisionada pelo Conselho Estadual de Educação de MG, já desenvolvia ações de avaliação, basicamente voltadas para os docentes e discentes em todos os semestres letivos. Em 2008, por força de decisão do STF, em uma ação Direta de Inconstitucionalidade, a instituição passou a integrar o Sistema Federal de Ensino. A partir disso, foram tomadas as providências para a migração para o Sistema Federal, que teve início em janeiro de 2009. Em 2010, a Faculdade iniciou o seu 1º ciclo avaliativo, com a finalidade de cumprir as determinações legais, de atingir e demonstrar as condições para o seu reconhecimento no MEC.

Com a implantação, nesse mesmo momento, do processo de Planejamento Estratégico da Faculdade, a Avaliação Institucional ficou definida como um dos seus Programas Estratégicos. Foi aprovada, então, a Resolução nº 01/2010, que instituiu a Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IMEPAC Araguari, que obedece a Regulamento próprio aprovado pelo Comitê de Gestão e sua composição garante a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, vedando a existência de maioria absoluta por parte de qualquer dos segmentos representados.

Entendida como um processo permanente e como uma ferramenta de gestão, a Avaliação Institucional na Faculdade tem como princípio a identificação dos problemas, para corrigir possíveis deficiências e para introduzir as mudanças que signifiquem uma melhoria imediata da qualidade do ensino e da instituição como um todo, de acordo com as dimensões previstas na Lei 10.861, de 14 de abril de 2004.

A Avaliação está, portanto, diretamente vinculada à qualidade e assim exige que alunos, professores, funcionários técnico-administrativos, egressos e representantes da sociedade civil organizada informem sobre a relevância do ensino e a adequação do mesmo ao mercado de trabalho, sobre as ações direcionadas para a extensão, sobre a responsabilidade social e a infraestrutura da Faculdade.

Assim, a Avaliação Institucional na Faculdade consiste em um processo permanente de elaboração de conhecimentos e de intervenção prática, que permitirá retroalimentar as mais diversas atividades da Faculdade, durante todo o seu desenvolvimento, e ocorre em três momentos:

- I. Avaliação do docente por componente curricular (semestralmente, envolvendo coordenadores, docentes e discentes);
- II. Avaliação dos cursos (de dois em dois anos, envolvendo os segmentos: docentes e discentes), e
- III. Avaliação Institucional Geral (de dois em dois anos, envolvendo todos os segmentos: discentes, docentes, coordenadores, diretores, funcionários técnico-administrativos, egressos do curso, representantes da sociedade civil organizada).

A Avaliação da Instituição tem por objetivo identificar seu perfil e o significado da sua atuação por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, respeitando as diversidades. Para isso, são consideradas obrigatoriamente dez dimensões, contemplando: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); a política para o ensino, pesquisa e investigação científica (se houver), pós-graduação (se houver), a extensão; a responsabilidade social da instituição; comunicação com a sociedade; políticas de recursos humanos; organização e gestão; infraestrutura física; planejamento e avaliação; políticas de atendimento ao estudante; e a sustentabilidade financeira da instituição.

Em resumo, a sistemática da avaliação institucional do IMEPAC Araguari, com vistas à melhoria da qualidade, é desenvolvida obedecendo-se os seguintes princípios básicos:

- I. conscientização da necessidade de avaliação por todos os segmentos envolvidos;
- II. reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios a serem adotados; e
- III. envolvimento direto de todos os segmentos da comunidade acadêmica na sua execução e na implementação de medidas para melhoria do desempenho institucional.

Os resultados da Avaliação Institucional são validados estatisticamente realizando o cruzamento dos dados coletados em diferentes segmentos, cuja finalidade é fornecer o melhor “leque” possível de informações que subsidiarão as ações de melhoria pedagógico-administrativa. De posse dos resultados a CPA irá estudar, gerir e acompanhar as ações de melhoria cabíveis e esperadas. O próximo passo é o retorno da avaliação a todos os segmentos envolvidos de tal forma que estes tenham conhecimento do “Plano de Melhorias” cujo enfoque é a implementação de novas mudanças e projetos no sentido de alcançar as metas propostas.

Nos anos de 2010, 2011 e 2012, a CPA da Faculdade realizou seu primeiro ciclo de Autoavaliação Institucional. As atividades da CPA foram bastante significativas, incluindo ações como: discussão de concepções e de alternativas de operacionalização da Avaliação Institucional; formalização de uma proposta de auto avaliação; produção de calendário (cronograma); realização de levantamentos de dados por meio de aplicação de vários instrumentos avaliativos; análise detida dos resultados levantados; construção de um diagnóstico e, a partir dele, proposição de metas e ações a serem apresentadas aos dirigentes da IES; e apresentação dos resultados levantados à comunidade acadêmica e aos dirigentes da Faculdade. Os resultados deste ciclo 2010/2012 renderam frutos significativos para a Faculdade: as ações realizadas mobilizaram a comunidade acadêmica que progressivamente vem enxergando a Avaliação Institucional como uma importante ferramenta de melhoria do ensino e da Faculdade como um todo. Além disso, as metas e ações traçadas a partir do diagnóstico dos resultados fizeram parte integrante do plano de melhorias decorrentes dos processos avaliativos, influenciando o PDI.

Nesse mesmo período (2010/2012), a CPA apresentou à comunidade acadêmica, aos dirigentes da Faculdade e inseriu no sistema e-MEC nos prazos estipulados pelo INEP: Proposta de Autoavaliação Institucional; dois Relatórios Parciais contendo a descrição dos trabalhos avaliativos realizados de 2010 a 2011; e Relatório Integral, concluído em dezembro de 2012, encerrando assim o primeiro ciclo avaliativo interno com a realização do encontro de meta-avaliação no início de 2013.

Em 2013 a CPA empreendeu os trabalhos pertinentes ao segundo ciclo avaliativo (2013/2014), apresentou os resultados à comunidade acadêmica, aos dirigentes e inseriu no sistema e-MEC: dois Relatórios Parciais contendo a descrição dos trabalhos realizados em 2013 e em 2014; e Relatório Integral, concluído em dezembro de 2014, encerrando assim o segundo ciclo avaliativo com a realização do encontro de meta-avaliação no início de 2015.

Em 2015 foram realizadas as ações para os trabalhos do terceiro ciclo avaliativo (2015/2016), que se encontram em plena fase de desenvolvimento, tendo sido concluída a avaliação docente por componente curricular do primeiro semestre (2015/1) - já utilizando o questionário de consulta atualizado e revisado.

A partir dos instrumentos utilizados para o levantamento de dados e de uma análise detida dos dados coletados tanto na avaliação mais ampla (bienal), quanto na avaliação docente por componente curricular (a cada semestre), bem como do PDI, a CPA elabora um diagnóstico dos resultados e este é apresentado e socializado, dentre outros, no encontro semestral de planejamento institucional, com vistas a: solucionar ou minimizar os pontos fracos e as ameaças apontadas no diagnóstico; melhorar as atividades consideradas neutras; e fortalecer ainda mais os pontos fortes. Todos os apontamentos advindos da avaliação institucional foram apresentados, discutidos e considerados na

construção e atualização compartilhada do plano de melhorias. Analisando-se o trabalho desempenhado pela CPA desde sua criação no IMEPAC, podemos ressaltar a crescente participação da comunidade interna e externa no processo avaliativo, uma clara comprovação do seu amadurecimento acerca da sua importância no processo de gestão. A Autoavaliação Institucional no IMEPAC é entendida como importante ferramenta de gestão, subsidiando todo o planejamento institucional.

IV – DIVULGAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação – CPA, do Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos – IMEPAC Araguari, incumbe-se de sistematizar, articular e socializar o diagnóstico decorrente dos processos avaliativos, dentre outras atividades. O diagnóstico que subsidiou o mais recente Relatório Integral - 2º ciclo avaliativo 2013/2014, com apontamentos significativamente satisfatórios, foi alvo de detida análise e embasou a construção coletiva do plano de melhorias acadêmicas e administrativas. Assim sendo, registramos na sequência, a síntese dos resultados apurados no ciclo mencionado onde foi registrada a participação de 88 docentes, 1.067 discentes, 91 técnico-administrativos e 122 egressos. Pontos fortes: Eixo 1 = Planejamento e Avaliação Institucional (8ª Dimensão: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto avaliação Institucional); Eixo 2 = Desenvolvimento Institucional (1ª Dimensão: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI; 3ª Dimensão: Responsabilidade Social); Eixo 3 = Políticas Acadêmicas (2ª Dimensão: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; 4ª Dimensão: A comunicação com a sociedade; 9ª Dimensão: Políticas de atendimento aos estudantes); Eixo 4 = Política de Gestão (5ª Dimensão: As políticas de pessoal; 6ª Dimensão: Organização e gestão; 10ª Dimensão: Sustentabilidade financeira); Eixo 5 = Infraestrutura (7ª Dimensão: Infraestrutura). Pontos com Debilidades: Eixo 2 = Desenvolvimento Institucional (3ª Dimensão: Responsabilidade Social /*Prioridade: Melhorar o atendimento a alunos carentes=Conceito Regular 25,91%*); Eixo 3 = Políticas Acadêmicas (2ª Dimensão: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; 4ª Dimensão: A comunicação com a sociedade; 9ª Dimensão: Políticas de atendimento aos estudantes / *Prioridade: Ampliar a participação dos alunos em projetos de extensão=Conceito Regular 34,48%*); Eixo 5 = Infraestrutura (7ª Dimensão: Infraestrutura / *Prioridade: Melhorar condições físicas especialmente do Prédio II=Conceito Regular 29,12%*). De posse dos referidos resultados avaliativos, a CPA deu prosseguimento aos trabalhos.

Quanto à divulgação dos resultados da autoavaliação, esta se dá em dois níveis: comunicação interna e comunicação externa. A comunicação com a comunidade interna ocorre, principalmente, por meio das campanhas motivadoras e de divulgação, visitas às salas de aula, reuniões para socialização dos resultados, encontros de planejamento para construção conjunta do plano de melhorias, seminários de meta-avaliação, e-mails, circulares, quadros de aviso, site institucional, dentre outros. A comunicação para a comunidade externa se dá através de jornais, encontros e reuniões com diversos segmentos da sociedade civil organizada e, também, pela internet. O site apresenta, permanentemente, informações sobre a instituição, os cursos oferecidos, o corpo docente e notícias sobre o que acontece na Faculdade, tendo um espaço específico da CPA com sua composição e membros, onde também são postados o regulamento, a legislação, os relatórios, resultados e plano de melhorias. O uso de diversas formas de divulgação dos resultados da avaliação institucional é incentivado, considerando a necessidade de remover barreiras nas comunicações para propiciar o acesso de todos de forma inclusiva. O diálogo com a comunidade interna e externa, seja na divulgação dos resultados das avaliações, seja em outros momentos, deve ter como um dos objetivos a produção de conhecimentos sobre condições e alternativas socioambientais, a questão dos Direitos Humanos, a qualificação da vida e da convivência saudável, o que a instituição faz também por meio de suas ações e atividades de extensão.

Quanto à análise, destacamos que a CPA estuda, gere e acompanha as ações de melhorias decorrentes dos processos avaliativos cabíveis e esperadas, em conformidade com o previsto no Projeto de Avaliação Institucional “Conhecer para Melhorar”. O próximo passo consiste em dar o retorno da avaliação a todos os segmentos envolvidos. Após essa etapa é organizado semestralmente um encontro geral de planejamento compartilhado com a participação de todos os setores, coordenadores, diretores e docentes, realizado fora do ambiente da Faculdade, geralmente com duração de dois dias, onde são discutidas as metas constantes do PDI, os resultados da avaliação externa e da autoavaliação, com o objetivo de avaliar e planejar as ações no sentido de alcançar as metas propostas no PDI e as recomendações da CPA, culminando na revisão do plano de melhorias a partir dos processos avaliativos.

Ao longo da elaboração dos Relatórios Parciais, bem como da construção dos Relatórios Integrais nos ciclos avaliativos, a CPA, após promover encontros e reuniões com os vários segmentos da comunidade acadêmica, com vistas ao cumprimento das metas para o desenvolvimento do fluxo do processo de avaliação na IES, toma ciência da efetiva concretização de inúmeras ações de melhorias já realizadas ao longo do percurso, tanto no âmbito de cada curso, como no que se refere aos serviços prestados nas atividades de apoio à atividade-fim e última as ações com a realização do seminário de meta-avaliação. Enfim, com as atividades de ampla divulgação dos resultados e ações decorrentes dos processos avaliativos, a CPA envolve-se e oferece os subsídios necessários para que a instituição reflita sobre o cumprimento da sua missão e das políticas institucionais.

V – PLANO DE MELHORIAS A PARTIR DOS PROCESSOS AVALIATIVOS

A avaliação institucional no IMEPAC tem como norte a identificação dos problemas, para corrigir possíveis deficiências e para introduzir as mudanças que signifiquem uma melhoria contínua da qualidade do ensino e da instituição como um todo, de acordo com as dimensões previstas na Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. Em função do seu desempenho nas últimas avaliações - inclusive no ENADE - a IES definiu um plano de melhorias, com ações direcionadas principalmente para as fragilidades identificadas nessas avaliações.

A partir dos resultados alcançados nos processos avaliativos (internos e externos), bem como, nos apontamentos da Ouvidoria, nas discussões promovidas em encontros institucionais, dentre outros meios, a IES planeja coletivamente suas ações futuras. Essas práticas de avaliação compartilhadas estabelecidas na instituição, bem como a construção do plano de melhorias a partir dos processos avaliativos, ao longo dos anos vem se tornando facilitadoras para a atuação efetiva e comprometida da CPA.

As iniciativas e grandes investimentos para melhorias nas práticas e estrutura física da instituição em função das fragilidades identificadas no primeiro, segundo e parcialmente no terceiro ciclo de auto avaliação da IES e das últimas avaliações externas realizadas pelo INEP são de suma relevância. Tal postura consolida a articulação entre o processo de auto avaliação institucional (coordenado pela CPA), as avaliações externas realizadas pelos órgãos reguladores, o ENADE e o planejamento da IES com as consequentes revisões necessárias em seu PDI. Nesse processo vitorioso, as ações dos gestores e da comunidade acadêmica da instituição no acompanhamento da implantação das ações e na avaliação da eficácia das mesmas (resultados alcançados) são fundamentais.

As metas e as ações propostas no plano de melhorias a partir dos processos avaliativos contempladas no Relatório Integral 2010/2012 e revisadas, atualizadas e ampliadas no Relatório Integral 2013/2014 e dimensionadas para 2015, foram assim definidas: Avaliação/Planejamento/Orçamento/Ação-implementação. Assim sendo, para exemplificar destacamos algumas metas que foram estabelecidas no Plano de Melhorias 2015 do IMEPAC: a) Área Acadêmica: elevar ou, no mínimo, manter o conceito 3 no ENADE; melhorar o nível de conhecimento dos alunos acerca da Avaliação Institucional; implementar e incentivar práticas pedagógicas inovadoras; ampliar oportunidades de visitas técnicas e participação dos discentes; ampliar convênios de Estágio; ampliar e atualizar o acervo bibliográfico dos cursos, bem como, recursos didáticos e materiais (material de consumo e equipamentos) para as aulas e insumos para os laboratórios de informática; ampliar a participação dos alunos em projetos de extensão; proporcionar maior incentivo para iniciação/investigação científica; aperfeiçoar estratégias e processos de comunicação interna e externa; colaborar para a melhoria da manutenção da infraestrutura e equipamentos da IES; intensificar o uso do Portal Universitário; intensificar a organização do registro acadêmico dos cursos nos prazos previstos no Calendário Acadêmico; agilizar o processo de planejamento de distribuição de aulas e definição da grade horária para o semestre seguinte e informar aos docentes com a antecedência possível; procurar manter, sempre que possível, a estabilidade no número de disciplina/aulas dos docentes para os semestres subsequentes; incentivar e apoiar a participação de docentes e discentes em eventos externos e atividades extracurriculares; promover bianualmente evento acadêmico-científico de extensão (Congresso Científico); envolver alunos e professores nas rotinas administrativas do curso; envolver toda a equipe nas rotinas administrativas do curso; atingir nível satisfatório de registro acadêmico do curso; qualificação da Santa Casa e Municípios parceiros como Ambiente de Ensino para Residência Médica; aumentar a produção científica da Instituição, bem como melhoria curricular dos docentes e discentes; apoio aos Estudantes; profissionalizar a atividade com os pacientes simulados, visando diminuir falhas e aumentar o aproveitamento das aulas; dedicação para aprimorar – NPJ; projetos realizados no NPJ institucionalizados como projetos de extensão; aquisição de software jurídico específico para lançamento de andamentos processuais; estimular, orientar e exigir o acompanhamento dos processos em andamento no NPJ; viabilizar idéias para formalizar novos projetos no NPJ; b) Laboratórios da Saúde: otimizar o tempo gasto para o

preparo das aulas práticas; otimizar a disponibilidade de ervas e fitoterápicos para as aulas práticas; proporcionar agilidade no atendimento ao professor durante as aulas práticas; c) Biblioteca: atualização da coleção; maior controle do acervo; implementação do plano de atualização bibliográfica; d) Comunicação e Marketing: desenvolvimento de projetos e ações internas, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores; incentivar a prática de hábitos saudáveis; manter-se presente em mídias durante todo o semestre/ano letivo; facilitar a comunicação oferecendo uma eficiente divulgação de avisos, campanhas, projetos sociais, eventos e ainda proporcionar entretenimento à comunidade acadêmica; buscar meios de comunicação que proporcionem a inclusão das pessoas com deficiência; e) Tecnologia da Informação: ampliar o sinal da internet wireless disponível para alunos e professores; eliminar utilização de credenciais provisórias de papel para alunos; atualização tecnológica aliada a responsabilidade ambiental; f) Financeiro: aprimorar relacionamento entre os colaboradores e investir na capacitação voltada ao desenvolvimento da equipe; padronização de processos e informações; realizar os pagamentos com cautela e planejamento; implementar as políticas de sustentabilidade financeira; g) Serviços Gerais e Manutenção: priorizar a utilização de produtos biodegradáveis na limpeza geral visando, assim, a sustentabilidade; promover a troca de 136 torneiras localizadas nos diversos setores da IES; h) Secretaria e Protocolo: obter dados sobre deficiências e necessidades especiais dos alunos; implementar diários de classe eletrônicos; i) Recursos Humanos: fazer a atualização dos dados para que seja possível cumprir as exigências do novo sistema do Governo (eSocial); receber a documentação necessária para admissão em tempo hábil para conciliar no sistema e atender as exigências do novo programa do Governo (eSocial); reduzir o fluxo de ocorrências e justificativas, melhorando o tratamento do ponto para atender as exigências legais; melhorar a qualidade dos processos de recrutamento e seleção; capacitar e aperfeiçoar docentes e pessoal técnico administrativo; j) Central de Idiomas: aumentar o número de alunos em 2015; capacitar professores da CIU para o trabalho com alunos portadores de necessidades educacionais especiais; ação de parceria com o Departamento Financeiro com o intuito de continuar as cobranças iniciadas na gestão anterior; k) Ouvidoria: funcionar a Ouvidoria como um setor responsável por receber, registrar, conduzir e responder as manifestações (reclamações, críticas, elogios, etc.), internos e externos, com o intuito de aprimorar e/ou corrigir os serviços prestados; l) Núcleo de Atendimento ao Estudante - NAE: divulgação mais ampla do regulamento do NAE, simplificar o formulário de Avaliação de Descontos; passar o recebimento do formulário (NAE) para o respectivo departamento, responder formalmente via e-mail o motivo de não aprovação do formulário; m) NIEP: ampliar incentivos para produção científica; ampliar a oferta de cursos de extensão à comunidade em geral; n) Processo Seletivo: ampliar o número de alunos inscritos no vestibular e matriculados nos diversos cursos da IES. Destacamos também, dentre outras, algumas ações realizadas em prol da melhoria do ensino e dos resultados das avaliações externas: oferta de cursos de nivelamento para alunos com dificuldade de aprendizagem; cursos de extensão com temas que reforçam os conteúdos trabalhados no currículo dos cursos; análise e atualização curricular com vistas à ampliação das ações no que se refere às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Políticas de Educação Ambiental e Desenvolvimento Nacional Sustentável, Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, acessibilidade, responsabilidade social, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural, dentre outras e realizar a revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos; aperfeiçoamento docente continuado com foco nas metodologias ativas e inovações pedagógicas; participação direta da Direção Geral e Direções Acadêmico-Pedagógicas nas ações em prol da melhoria dos resultados do ENADE; institucionalização de incentivo aos coordenadores que obtiverem satisfatórios resultados em seus cursos no ENADE; encontros de sensibilização e conscientização da comunidade acadêmica acerca da importância da CPA e do ENADE; realização dos encontros gerais (semestrais) para planejamento conjunto das ações – Planos de Melhorias a Partir dos Processos Avaliativos; divulgação e reflexão quanto aos resultados da avaliação institucional; lançamento de campanha de sensibilização ENADE pelo Departamento de Comunicação e Marketing da Faculdade; análise dos resultados da avaliação semestral docente por disciplina. Quanto às ações de extensão, todos os cursos, em maior ou menor grau, realizam atividades vinculadas aos setores públicos, privados, entidades, associações e ONGs, tais como: Congresso Científico e Jornada Científica (com temas interdisciplinares, integrados às diversas áreas de formação de cada um dos cursos); trabalhos de investigação científica; e outros. Manter os projetos de extensão continuados desenvolvidos regularmente pelos diversos cursos da Faculdade. Manter, também, a participação ativa da Faculdade nas iniciativas dos setores público e privado, relacionadas às ações de preservação do meio ambiente, de direitos humanos, dentre outros.

A instituição assim, promove suas ações considerando o Plano de Melhorias elaborado de forma coletiva e participativa a partir dos resultados da avaliação institucional, como a implementação das Políticas de Sustentabilidade, de Acessibilidade, de acompanhamento do egresso e de extensão. Diversas atividades previstas são

realizadas pelos cursos, especialmente em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Fundação Aragararina de Educação e Cultura, visando à preservação da memória do patrimônio cultural e interação com a comunidade local. O Curso de Educação Física também realiza várias atividades e campeonatos esportivos envolvendo docentes, discentes, técnico-administrativos e pessoas da comunidade local. Destaca-se também, a parceria existente entre a Faculdade e a Secretaria Municipal de Educação por meio do Projeto de Educação Patrimonial: “Educar é Preservar” e diversos Projetos Culturais em parceria com a Secretaria Municipal Antidrogas e ICASU / Uberlândia – Programa do 1º Emprego. No que se refere a infraestrutura, a Faculdade tem destinado grandes investimentos, especialmente norteados pelos resultados dos processos avaliativos. O prédio tombado pelo Patrimônio Histórico está em fase final de restauração, foram construídos novos blocos de salas, espaços de convivência, novos laboratórios, nova biblioteca, obras para atender à acessibilidade de pessoas com deficiência, novos setores acadêmicos e administrativos, dentre tantos outros. Embora tenha sido feita uma significativa reforma no Prédio II, ainda existe necessidade de melhorias na sua infraestrutura, sendo que as obras para acessibilidade já estão em andamento, dentre outras. A instituição tem dado especial atenção também à questão de recursos de informática com a ampliação dos laboratórios e aquisição de novos equipamentos, bem como às TICs, que da mesma forma recebeu significativos investimentos para ampliação de equipamentos e recursos, em especial para atender a questão da acessibilidade. Ações para qualificação, capacitação e experiência dos professores da mesma forma tem sido constantes.

O Plano de Melhorias, portanto, é planejado e implementado coletivamente, com o acompanhamento e supervisão da CPA, cumprindo sua tarefa de zelar para que a avaliação institucional se converta de fato em processo de melhoria constante na Faculdade.

VI – PROCESSOS DE GESTÃO

A gestão no Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos – IMEPAC Araguari pode ser conceituada como um conjunto de processos capazes de traduzir as estratégias em ações alinhadas em todos os níveis, de forma a garantir o alcance da sua Missão e Visão, por meio do planejamento, desenvolvimento, acompanhamento e correção dos rumos da instituição, no momento em que se fazem necessários e oportunos.

A CPA registra que o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos - IMEPAC está de acordo com as sugestões apresentadas em orientações disponibilizadas pelo Ministério da Educação e obedece ao disposto na legislação vigente que regula o ensino superior brasileiro - em especial ao art. 16 do Decreto n.º 5.773, de 9 de maio de 2006, que define os principais tópicos que deve conter todo Plano de Desenvolvimento Institucional.

As iniciativas e investimentos para melhorias nas práticas e estrutura física da instituição são definidas tendo como base as fragilidades identificadas nos ciclos de autoavaliação da IES, bem como as avaliações externas realizadas pelo INEP. Tal postura consolida a articulação entre o processo de autoavaliação institucional (coordenado pela CPA), as avaliações externas realizadas por meio de visitas *in loco*, o ENADE e o planejamento da IES com as consequentes revisões necessárias em seu PDI.

Dessa forma, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IMEPAC, com vigência 2014-2016, foi construído com a participação da comunidade universitária, em seus diferentes contextos, que se entrecruzam e se sustentam para abrir vias de democratização dos processos e a promoção da gestão compartilhada.

A permanente construção do PDI conta com a assessoria da Comissão Própria de Avaliação - CPA, com reflexões a partir dos resultados da Avaliação Institucional, no sentido de atender às necessidades de melhorias frente às fragilidades e, ainda, dar ênfase aos pontos fortes do processo formativo e institucional. Verifica-se então, que alinhados aos apontamentos da Avaliação Institucional, visando cumprir sua Missão, os objetivos e metas estabelecidos no PDI, ou já foram alcançados pela IES ou se encontram em desenvolvimento, por meio de suas estratégias e ações articuladas no plano de melhorias. Como por exemplo, a melhoria no desempenho de seus cursos no ENADE, incentivo à promoção de inovações pedagógicas, expansão e permanente melhoria da qualidade do ensino ofertado, ampliação e aperfeiçoamento das práticas extensionistas, adoção de processos de comunicação mais eficazes, promoção da profissionalização da gestão, gestão compartilhada, implantação de políticas de atualização permanente do acervo bibliográfico, oferecimento de infraestrutura física, equipamentos e mobiliário condizentes com as necessidades dos cursos, manutenção do corpo docente com titulação adequada, atendimento às demandas regionais, aprimoramento do sistema de avaliação institucional, aperfeiçoamento no atendimento dos estudantes, implantação de programa de acompanhamento do egresso, permanente oferta de aperfeiçoamento docente e técnico-

administrativo, aprimoramento dos processos operacionais, acadêmicos e administrativos, gestão responsável para garantir a sustentabilidade financeira, dentre outras.

Tendo a Missão como norte constante das ações institucionais, vale acrescentar que o plano de melhorias, com repercussão no planejamento financeiro está intrinsecamente ligado à gestão institucional acadêmica e administrativa. As ações para alcance dos objetivos e metas institucionais previstas no PDI são estabelecidas em encontro anual de planejamento, realizado em ambiente fora da Faculdade, geralmente com duração de dois dias (16 horas) e contando com a participação e envolvimento de representantes de todos os segmentos da IES, a exemplo da CPA, Comitê de Gestão, NDEs, técnico-administrativos, gerências, dirigentes, coordenadores de cursos e de áreas, funcionários representantes de cada setor, dentre outros. A partir da socialização de resultados da avaliação institucional (interna e externa), da análise dos objetivos e metas do PDI, do cenário econômico, se dá a elaboração coletiva do plano de melhorias, construído nessa dialética, que baliza as ações e planos de investimentos da IES, para uma gestão compartilhada e eficiente. A avaliação institucional constitui-se em importante instrumento de gestão do IMEPAC, bem como de seu planejamento financeiro, que prima por administrar os recursos financeiros de maneira sustentável, buscando equilíbrio entre receitas, geração de fluxo de caixa, custos e despesas e, por fim, os investimentos realizados decorrentes das atividades da IES, com base nas informações advindas dos diversos processos avaliativos internos e externos. Essa forma de gestão intrinsecamente relacionada com os processos avaliativos e alicerçado no reconhecimento das fragilidades e potencialidades apontadas nas avaliações, tem subsidiado a tomada de decisões de forma mais objetiva e consciente no IMEPAC, promovendo o seu equilíbrio financeiro viabilizando, assim, os investimentos em infraestrutura, a oferta de novos cursos, contratação de professores, adequações para a acessibilidade (rampas, elevador, piso tátil, recursos didáticos e outros), implantação da política de acessibilidade; ampliação e construção de mais salas de aula, setores administrativos, áreas de convivência, restauração das dependências e fachada do prédio histórico (tombado), investimento em laboratórios específicos e de informática, brinquedoteca; investimento no acervo da biblioteca (tanto pela necessidade de atualização de títulos dos cursos existentes, quanto pela compra de novos títulos) – implementação do Plano de Atualização Bibliográfica; melhoria no site institucional; contratação de professor e de intérprete de Libras, aquisição de equipamentos para atender à questão da inclusão; aquisição de computadores, equipamentos e insumos para os laboratórios, mobiliário, equipamentos; investimento em publicidade e divulgação da IES e dos serviços prestados à comunidade; etc. Outras ações também vem sendo realizadas, tais como: medidas para o acompanhamento da evasão e inadimplência; investimento na remuneração docente, jornada parcial e integral, reestruturação de Plano de Cargos e Salários pela nova mantenedora. Além disso, são feitos investimento na contratação e capacitação do corpo técnico-administrativo; na política de sustentabilidade que implica em um consumo mais consciente, como projeto de eficiência energética, atualização e melhoria da rede elétrica, campanhas de conscientização sobre consumo de água, papel, energia elétrica, coleta seletiva, consumo consciente, dentre outros.

As fragilidades apontadas resultam em discussões, debates e elaboração de propostas de melhorias da IES em todos os segmentos. Em uma análise sucinta, a avaliação coordenada pela CPA, seus processos avaliativos e a mobilização dialética que ela promove na IES, permitem que a gestão seja exercida de modo compartilhado, promovendo relevantes e constantes melhorias.

VII – DEMONSTRAÇÃO DE EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL

Desde a implementação da avaliação institucional de acordo com o estabelecido pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, momento em que o Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos – IMEPAC Araguari passou a adotar as 10 Dimensões no seu processo avaliativo, percebe-se uma caminhada trilhada no percurso de autoconhecimento e aprendizado institucional, resultando em melhorias contínuas em todos os aspectos. Durante esse processo avaliativo, evidenciou-se os avanços conquistados na implementação de uma cultura de avaliação com viés formativo, concretizado de forma sistemática e contínua. Esse trabalho profícuo, liderado pela CPA, tem gerado frutos junto à comunidade acadêmica à medida que a participação dos diversos segmentos envolvidos no processo faz-se mais notória nas etapas estabelecidas, o que tem provocado ações de melhorias pedagógico-administrativas permanentes.

A Avaliação está, portanto, diretamente vinculada à qualidade e assim exige que alunos, professores, colaboradores técnico-administrativos, egressos e representantes da sociedade civil organizada informem sobre a relevância do ensino e a adequação do mesmo ao mercado de trabalho, sobre as ações direcionadas para a investigação científica e a extensão, sobre a responsabilidade social e a infraestrutura da Faculdade.

O IMEPAC Araguari tem empreendido esforços para manter a coerência entre os resultados das avaliações institucionais internas e externas com as políticas e investimentos definidos no seu PDI e as ações implantadas ao longo de seus ciclos de auto avaliação e avaliação externa. O processo de avaliação institucional tem se configurado como instrumento para identificar oportunidades de avanços e melhorias em suas práticas administrativas e acadêmicas. Os dados referentes às avaliações externas são objetos de discussões, estudos, análises e ponderações sobre potencialidades, fragilidades e sugestões de melhorias por parte de todos os atores da comunidade acadêmica. Igualmente dialética e compartilhada, são realizadas reuniões com colegiados, NDEs, coordenadores, discentes, gestores e direção em que esses dados são discutidos e analisados para serem formuladas providências, definidas estratégias que visam aprimorar a eficiência operacional e garantir a qualidade do ensino na Faculdade, estabelecendo as ações necessárias para cumprir sua missão e possibilitar o alcance de sua visão, aproveitando as suas potencialidades e eliminando as fragilidades, garantindo o aproveitamento das oportunidades e saneamento das ameaças.

A instituição no decorrer dos anos, desde a criação da CPA e da implementação da avaliação institucional vem tomando decisões com base nos resultados dessa avaliação, promovendo uma interlocução com a comunidade acadêmica, garantindo que os avanços sejam percebidos e reconhecidos como frutos de sua participação.

O IMEPAC Araguari oferece atualmente 11(onze) cursos de Graduação Bacharelado e 01 (um) curso de Graduação Licenciatura, a saber: Administração; Ciências Contábeis; Direito; Educação Física; Enfermagem; Engenharia de Produção; Farmácia; Medicina; Medicina Veterinária; Nutrição; Pedagogia (Licenciatura); e Sistemas de Informação.

Apresentamos uma síntese comparativa da evolução da instituição em números: a) Nº de Alunos: 2001 = 414; 2015 = 2.228; b) Nº de Cursos ofertados: 2001 = 07; 2015 = 12; c) Nº de Docentes: 2001/2002 = 61; 2015 = 185; e d) Nº de Colaboradores Técnico-Administrativo: 2001/2002 = 30; 2015 = 232. Esse crescimento é fruto do reconhecimento da comunidade quanto à qualidade da instituição e seus cursos.

É preciso lembrar que a avaliação tem desencadeado um processo de repensar que, por si só, desperta, areja e transforma a percepção e o comprometimento que todos os envolvidos têm com relação à instituição. A própria instituição abre-se para o debate, consolida formas de coleta das informações internas para conhecer-se, para valorar, condição esta, responsável pelos avanços e progressos permanentes que a instituição vem concretizando no percurso de seu desenvolvimento.

Para acompanhar essa evolução em números e alicerçados nos últimos resultados da avaliação institucional, conforme ciclo avaliativo, o IMEPAC investiu na evolução da sua infraestrutura física como: construção, melhorias e manutenção de seus 24 (vinte e quatro) laboratórios didáticos; Construção de uma nova biblioteca, mais ampla, com espaços adequados e atualização do acervo bibliográfico de todos os cursos nos últimos três anos; Capacitação docente e do pessoal técnico-administrativo; implantação de política de extensão, responsabilidade social, acessibilidade, sustentabilidade, etc; aquisição de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação, em especial para acessibilidade; reforma e restauração dos prédios; aquisição de mobiliário adequado para os auditórios; substituição progressiva das carteiras universitárias; construção de espaços para novos cursos; construção de nova lanchonete; e espaço para xerox, dentre outros.

Da mesma forma, como detalhado no Relatório Integral-ciclo 2013/2014, os resultados das avaliações externas também tiveram uma evolução significativamente positiva, incrementada pelos bons frutos da autoavaliação, sendo que a instituição vem melhorando os seus conceitos no CPC e espera melhorar também no IGC, já que até 2013 integrava a Universidade Presidente Antônio Carlos e, por isso, não tinha IGC próprio.

O IMEPAC Araguari quer avançar cada dia mais, promovendo uma gestão cada vez mais participativa, inclusiva e alicerçada no compromisso social e nos resultados das avaliações internas e externas. Com base nisso vem incluindo questões da Educação Ambiental, das Relações Étnico-Raciais e em Direitos Humanos em seus processos avaliativos e de gestão, como forma de promover o respeito às diferenças, o combate a qualquer tipo de discriminação e o desenvolvimento de forma sustentável.

Assim, as ações com vistas às melhorias são de extrema relevância, pois se almeja a busca pela inovação, a integração das ações desenvolvidas por todos os sujeitos, em todos os processos de ensino, de iniciação científica, de extensão e de gestão, em prol da qualidade que se materializa nos resultados dos processos avaliativos, confirmando assim, a evolução e progresso da instituição.

Portanto, o processo de evolução do IMEPAC, devidamente demonstrado e pormenorizado no último Relatório Integral da Autoavaliação, retrata o seu compromisso com o autoconhecimento e sua relação com o todo, em prol da qualidade de todos os serviços que ela oferece à sociedade, confirmando e compreendendo, desse modo, a

avaliação (interna e externa) como um forte instrumento de gestão, que tem levado a resultados eficientes, demonstrando o progresso da instituição.